



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

VIII

A SITUAÇÃO política do Governo em face do Congresso Nacional tem sido objeto de várias apreciações. Especialmente a inexistência de um líder oficial vem dando margem a diferentes comentários, não só na imprensa, mas também nos próprios círculos parlamentares. O assunto é de tal magnitude que considero um dever emitir, a êsse respeito, uma palavra de esclarecimento, em atenção ao Poder Legislativo e à opinião pública.

A Nação é testemunha dos cuidados com que o Governo vem procurando conduzir-se dentro dos mais rígidos princípios democráticos. À luz dessa orientação, a colaboração do Congresso Nacional não pode deixar de ser encarada como indispensável e decisiva. Está na Presidência da República um homem que passou no Parlamento a maior parte de sua vida política, trazendo dêsse convívio e dessa experiência recordações e ensinamentos que não podem ser esquecidos. Não seria agora que tem na sua direção um legislador que o Governo iria subestimar a missão fundamental que compete ao Congresso, no mecanismo do regime e na solução dos problemas nacionais. Ao contrário, faz questão de manter uma conduta que se caracterize exatamente pelo respeito ao Poder Legislativo e pela rigorosa compreensão de suas altas e nobres funções.

E' fácil verificar que, sem a cooperação do Parlamento, o Governo praticamente deixaria de funcionar e

existir. Hoje mais do que nunca, no esforço para enfrentar a crise geral em que se debate, o Brasil precisa da inteligência e do patriotismo de seus legisladores.

Evidentemente, em condições normais, nenhum Governo democrático pode prescindir de uma orientação que tenha a sua expressão ativa através de sua própria representação parlamentar. Num sistema político baseado em partidos nacionais, torna-se inevitável a separação de forças entre maioria e minoria. Esta divisão não é um mal. Ao contrário, é um imperativo e a própria essência da estrutura constitucional e legal do País. A existência de um Governo organizado para a ação administrativa, política e parlamentar, ao lado de uma oposição igualmente organizada, é o melhor sintoma de saúde e vitalidade do regime democrático.

Quanto ao Governo atual, as suas atitudes e possibilidades não devem ser julgadas sem uma prévia análise das origens e circunstâncias que assinalam a sua gênese e a sua composição. Fui eleito Vice-Presidente da República, sob a legenda do Partido Social Progressista, numa chapa resultante de uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro. A eventualidade da morte do Presidente Getúlio Vargas conduziu-me ao poder, para completar um mandato em fase final, no auge de uma crise que está na lembrança de todos.

Criou-se então para o Presidente da República um problema político talvez sem precedentes no Brasil. Nos casos anteriores em que o Vice-Presidente foi chamado a empunhar o leme do Governo, as condições eram diversas e bem mais simples.

Naquele tempo a política do País não se apoiava na existência de partidos nacionais, como acontece presentemente. Hoje não é possível a nenhum político militante deixar de pertencer a uma agremiação de âmbito nacional.

E' sabido que, dentro da organização partidária do País, estou ligado ao P. S. P. O episódio de minha ascensão ao Governo não pode eliminar a minha filiação

política. Pertencço, no entanto, a uma corrente minoritária, que não está em condições de oferecer o apoio de que precisa dentro e fora do Parlamento, a Administração Federal. Foi compreendendo isto que o Chefe do Partido Social Progressista me considerou desobrigado de quaisquer compromissos políticos na direção do Govêrno.

Se é verdade que continuo, como cidadão, a ser um homem de partido, também é certo que não desejo nem posso, como Presidente da República, realizar um Govêrno partidário.

Não se atribua esta atitude apenas à situação minoritária da agremiação a que estou filiado. Ela resulta, antes de tudo, da noção que tenho bem nítida das circunstâncias excepcionais que me colocaram no Poder. Na organização do Ministério, procurei escolher os meus colaboradores sem investigar os seus matizes políticos, buscando os homens que me pareciam dignos e competentes, onde quer que se encontrassem.

Numa hora em que o perigo da guerra civil e da revolução social ameaçava o País, não se compreenderia um Govêrno partidário e de luta, que mais acirrasse os ânimos e desencadeasse o incêndio geral. Urgia, ao contrário, restabelecer a tranqüilidade e a confiança. Daí a linha de neutralidade que o Govêrno vem procurando seguir, tendo em vista, de um lado, a transitoriedade do resto do mandato que lhe cabe encerrar e, de outro lado, a gravidade dos complexos encargos que lhe foram conferidos.

E' para esta situação especial que desejo chamar a atenção dos nobres legisladores, dirigindo-me indistintamente não só aos que se encontram no exercício de suas funções, mas também aos que acabam de ser eleitos e vão em breve iniciar suas atividades. Confio em que o Congresso Nacional, analisando a situação brasileira sob as luzes da sua sabedoria e as inspirações do seu civismo, saberá compreender a necessidade de uma orientação com-

patível com o período excepcional de transição que o País está atravessando.

Se é verdade que os encargos e deveres do Executivo dia a dia se tornam mais árduos e complexos, não menos certo é que as responsabilidades do Parlamento nunca foram tão amplas quanto hoje. Muitas das aspirações e necessidades do País, especialmente no domínio econômico, estão na dependência do Poder Legislativo, não só no tocante à possibilidade de soluções novas, mas também com relação à hipótese de modificações ou reformas a serem adotadas.

No esforço para enfrentar a crise nacional, cumpre ter sempre em vista o teor da legislação em vigor. Algumas leis foram elaboradas sob uma orientação que, em certos aspectos, já agora não parece mais corresponder ao imperativo das circunstâncias e às lições da experiência. Não seria talvez inconveniente, nesse terreno, uma política de revisão, destinada a corrigir erros, suprir falhas, melhorar o que já existe de bom e traçar rumos mais eficientes.

As condições determinadas pela evolução dos acontecimentos mundiais, particularmente no período que sofreu os influxos da última Grande Guerra, suscitaram no Brasil, de modo natural e compreensível, tendências e iniciativas que, nos dias atuais, já não se coadunam com as novas realidades. É o que ocorre, por exemplo, nos setores em que se faz sentir com mais exagêro a intervenção do Estado. Evidentemente nem tôdas as soluções podem ser obtidas através da simples confecção de leis. Bem mais importantes do que as fórmulas escritas são os costumes e os sentimentos do povo, cuja formação é tarefa que cabe mais ao educador do que ao legislador.

Isto não quer dizer absolutamente que se possa subestimar o problema da legislação, que é, no Brasil de nossos dias, um dos problemas de base. Conviria talvez um trabalho de reajustamento, com a missão de verificar

onde as leis são omissas e onde, ao contrário, pecam por excesso.

Nessa obra de aperfeiçoamento os três Poderes que integram o mecanismo governamental do País devem agir sincronizados, à luz dos ensinamentos que a prática das leis oferece. Com esta finalidade o Executivo está disposto a dar a contribuição de sua alçada, na certeza de que, por sua vez, há de ter a cooperação de que necessita. O Brasil nunca precisou, tanto quanto agora, da união de seus filhos e do espírito de colaboração de seus homens públicos. Sirva-nos de estímulo e encorajamento o exemplo de outros povos, que venceram crises talvez bem mais difíceis do que esta em que se debate o nosso País.

No esforço em busca de soluções, a ajuda do Poder Legislativo nunca foi tão necessária. Se o Governo ainda não tem líderes que representem a sua política na Câmara e no Senado, isto não significa indiferença e muito menos despreço para com o Congresso Nacional. Ao contrário, demonstra o alto grau de preocupação em evitar atritos ou mal-entendidos, num momento em que a Nação mais precisa de uma conjugação de esforços para voltar à plenitude de sua vida normal, depois dos acontecimentos que tanto a traumatizaram.

Não faltam no Parlamento, tanto nas grandes como nas pequenas bancadas, nomes brilhantes e respeitáveis, com tôdas as credenciais para as funções de comando. Mas a escolha de um líder do Governo não é ato de fácil execução, nas atuais condições do País.

Em outras circunstâncias, uma política partidária poderia ser justificável e até necessária. Para o atual Governo, com a incumbência primordial de pacificar o País e presidir como Juiz às eleições, afigura-se preferível uma conduta de imparcialidade política, que lhe dê mais autoridade moral no cumprimento de seus deveres.

Liberado de compromissos pelo seu próprio Partido, o Presidente da República não se sente tentado pela so-

freguidão de deixar-se prender a obrigações com outras forças políticas. Até porque está certo de que, sem necessidade de recorrer a métodos partidários, o Governo terá o apoio de que precisa, para executar as pesadas tarefas que neste momento sintetizam os supremos interesses nacionais.

Confio em que as forças políticas e parlamentares compreendam os escrúpulos e as cautelas do Governo. O Brasil está diante de uma situação inédita, particularmente difícil, que exige uma elevada dose de espírito público e sentimento de renúncia, acima de quaisquer interesses de pessoas ou facções. Exatamente porque não pode dispensar a ajuda das agremiações políticas e do Congresso Nacional é que o Governo se vem eximindo de atitudes partidárias. Aquilo, pois, que poderia ser interpretado como desinteresse, revela, bem ao contrário, um alto grau de apêço.

Será para mim uma honra solicitar e receber a colaboração do Poder Legislativo, com o qual não posso deixar de dividir as responsabilidades pelos árduos e delicados encargos de Governo. Não me esquivarei ao dever de dirigir ao Congresso Nacional as propostas do Executivo, que dependem de estudos e debates dos representantes do povo brasileiro. E se encontrar, como desejo e espero, a compreensão dos legisladores do meu País, estarei compensado de todos os esforços e sacrifícios desta hora difícil da vida nacional.

E' nesta expectativa que dirijo êste novo apêlo às forças políticas e parlamentares, certo de que entre elas não deixará de prevalecer, acima de quaisquer outros sentimentos, o espírito de patriotismo de que o País está precisando para superar sem maiores abalos êste período de transição e poder saudar o advento de uma era melhor, que é a aspiração de todos os brasileiros.

(Pronunciada a 9-XI-1954)